



DIFERENTES PRÁTICAS EDUCATIVAS INDÍGENAS NO BRASIL

JUNIOR PERES DE ARAUJO

RESUMO

Este artigo trata de diferentes práticas educativas de alguns povos indígenas do Brasil, em que se desenvolvem por meio das atividades do cotidiano de crianças e jovens com os adultos, relacionadas ao trabalho, às histórias, mitos e ritos de passagens de meninos e meninas para a vida adulta. O objetivo deste trabalho é responder a seguinte questão, quais os objetivos, valores e aprendizagens que estão presentes nestas práticas e de que forma contribuem para a manutenção da vida coletiva na aldeia/comunidade e perpetuação do povo. Realizou-se levantamento bibliográfico acerca de produções recentes sobre práticas educativas de povos indígenas de diferentes regiões do Brasil, destacando categorias que descrevessem as práticas e possibilitassem a compreensão dos significados por trás das diferentes pedagogias. Neste sentido, o estudo mostrou que se tem o cuidado com as práticas educativas, pois que dela depende a preservação dos conhecimentos tradicionais e valores que estabelecem condições de relações e interações, técnicas de subsistência, regulam normas e princípios de conduta coletiva e garantem a manutenção e perpetuação dos povos tradicionais indígenas.

PALAVRAS CHAVES

Práticas educativas indígenas, autonomia, rituais de iniciação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa um estudo sobre diferentes formas de educação entre distintos povos indígenas do Brasil, com base em abordagens de recentes produções bibliográficas sobre esta temática, buscando compreender diversificadas maneiras desenvolvidas há gerações, em que ocorrem estes processos de formação que se diferencia do modelo educativo ocidental.

Os estudos sobre o tema educação no Brasil tem procurado focar bastante na educação dos povos indígenas nos últimos anos, pois que muito se diferencia do modelo de educação ocidental em vários aspectos, destacando-se a natureza um tanto mais informal desta pedagogia nativa, os espaços em que ocorrem, os recursos didáticos da natureza ao redor que auxiliam no aprendizado, a rotina e duração do ensino, os agentes responsáveis





por esta tarefa, além dos conhecimentos, valores e crenças considerados relevantes neste processo.

Todavia, apesar dos estudos em educação avançarem nesta direção, ainda são poucas as produções resultados de pesquisa especificamente com relação às discussões e reflexões acerca das formas de educação informais indígenas, de modo que tais práticas educativas não são tão reconhecidos principalmente fora do público acadêmico, em que são desvalorizados os conhecimentos e as práticas, com a crítica de que não há um sistema bem elaborado de educação, prevalecendo apenas formas primitivas de transmissão do conhecimento, o qual põe até mesmo em cheque sua eficiência.

Neste sentido, este artigo procurou reunir diferentes referências de abordagem de práticas educativas indígenas de diferentes lugares do Brasil, que se desenvolvem por meio das atividades do cotidiano de crianças e jovens com os adultos, relacionadas ao trabalho, às histórias, mitos e ritos de passagens de meninos e meninas para a vida adulta do povo Ticuna, Sateré-Mawé e Kalapalo entre outros povos. O objetivo é responder a seguinte questão norteadora:

Quais os objetivos, valores e aprendizagens que estão presentes nestas práticas e de que forma contribuem para a manutenção da vida coletiva na aldeia/comunidade e perpetuação do povo?

Compreender, portanto, as particularidades dos povos indígenas com relação às suas maneiras de transmitir seus conhecimentos há várias gerações, pode contribuir na difusão, preservação dos conhecimentos tradicionais e garantir o respeito e sua valorização cultural, além de tornar-se referência educativa e até mesmo influenciar na elaboração de novos modelos pedagógicos e no aprimoramento de métodos formais de ensino.

CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS INDÍGENAS

Entre muitos povos indígenas do Brasil a transmissão de seus conhecimentos hoje ainda ocorre principalmente por meio da socialização e transmissão do conhecimento em sua grande parte na família e posteriormente em outros espaços da aldeia, numa pedagogia nativa informal sem tantos recursos e métodos inovadores que hoje existem e continuam surgindo num modelo educativo ocidental, e principalmente longe de quatro paredes de





uma sala de aula. Segundo afirma Ramos:

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural (RAMOS, 2007, p. 111).

E, no entanto, os conhecimentos necessários à sobrevivência e convívio social desses povos são repassados eficientemente, pois ainda os mesmos continuam transmitindo e preservando seus conhecimentos sem necessidade de mudar suas formas de ensinar. A pedagogia indígena se caracteriza como um modelo educativo mais prático por meio das experiências, no sentido do aprender fazendo, numa relação de profundo contato com a natureza que se estabelece como o principal recurso didático para o desenvolvimento de aprendizagem nas práticas informais.

Corroborando neste pensamento Funari (2011, p. 65-66) que mesmo antes os índios já se apropriavam de formas próprias de transmitir seus ensinamentos sobre o convívio social e as relações com a natureza material e espiritual do mundo, de modo que ocorria cotidianamente, variável, contínuo, único e real. Os ensinamentos acontecem diretamente na prática, do contato com as ferramentas que garantem a sobrevivência, na guerra, caça e pesca, e dos materiais artesanais que são confeccionados. Tal prática educativa define-se em que o mesmo autor denominou de "Educação dos cinco sentidos", pois o aperfeiçoamento das experiências de contato com a natureza ao redor se dá por meio do tato, paladar, olfato, visão e audição.

As diferentes formas que povos indígenas desenvolveram para educar, tem se destacado entre tantos modelos de educação, pois se apresentam aparentemente de maneira simples, sem a necessidade de tantos recursos inovadores ou mesmo de um complexo sistema meticulosamente elaborado. Há que refletirmos sobre a possibilidade se talvez haja também tantos problemas de aprendizagem no processo educativo desses povos como o que permeia o nosso contexto educacional, pois continuam preservando seus conhecimentos por meio de práticas elaboradas há gerações sem a necessidade de intervenções ou inovações.





PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se levantamento bibliográfico acerca de produções recentes sobre práticas educativas de povos indígenas de diferentes regiões do Brasil, destacando três categorias, a autonomia na pedagogia dos povos Kayapó que vivem em terras ao sul do estado do Pará e ao norte do estado do Mato Grosso e Pataxó que vivem em aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e ao norte do Estado de Minas Gerais; os rituais de iniciação dos povos Kalapalo localizado nas duas margens do Rio Xingu no Estado do Mato Grosso e Sateré-Mawé localizado no baixo amazonas na fronteira entre os Estados do Amazonas e Pará; e a cosmologia do Povo Ticuna localizado no Ato Solimões no Estado do Amazonas. Buscou-se descrever as práticas, compreendendo os significados por trás das diferentes pedagogias, comparando-as entre si.

Optou-se pela seleção bibliográfica de autores que discutissem a educação de povos indígenas de distintas regiões, a fim de garantir diferentes pedagogias, tendo em vista que entre povos mais próximos as práticas podem se assemelhar, ou mesmo se influenciarem. Portanto, estas práticas possibilitam a compreensão dos simples, contudo, elaborados sistemas de educação que povos indígenas desenvolveram para transmitir seus conhecimentos ao longo de gerações.

A AUTONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGENS

Atualmente muito tem se falado numa pedagogia que defende a autonomia do aluno como importante responsável por sua própria aprendizagem, influenciado pelos ideais de autores como Paulo Freire. Este modelo de educação tem sido discutida e até posta em currículos e práticas pedagógicas, considerada como uma excelente pedagogia, pois valoriza, respeita e compromete o educando com a sua própria educação.

Entretanto, uma pedagogia similar a esta nunca esteve tão distante de práticas educativas tradicionais de determinados povos indígenas. Cohn apud Tassinari (2007, p. 14-





15) destaca o processo de aprendizagem entre os Kayapó, em que são valorizados não somente a transmissão dos saberes, mas a produção de corpos e o desenvolvimento de habilidades, todavia, prevalece a autonomia das crianças e dos jovens em escolher habilidades específicas que desejarem e procurar por iniciativa própria os especialistas para o ensinamento destas habilidades.

Desta forma, nem tudo o que as crianças e jovens aprendem é definido pelos adultos, porém, seus conhecimentos dependerão também de suas curiosidades e interesses. Freire (1996, p. 25) em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, defende que tirar a liberdade da criança impedindo sua curiosidade, inquietude e escolhas, é transgredir direitos e princípios éticos da existência humana, enquanto seres inacabados, de mover-se diante da curiosidade e da busca do conhecimento. Sendo assim, o respeito à liberdade e a garantia de certa autonomia é permitir o engajamento no aprender e estimular que se tome gosto pelo que se deseja aprender.

Outra prática educativa comum entre os Kayapó, segundo Cohn apud Tassinari (2007, p. 15), é permitir que apenas durante a infância a criança circule todos os espaços da aldeia, o que não é permitido mais aos adultos, podendo as mulheres apenas frequentar espaços reservados às mulheres e da mesma forma os homens, podendo frequentar apenas os espaços destinados aos homens:

A concepção Kayapó de que as crianças “tudo sabem porque tudo vêem” se refere a uma situação que não é mais compartilhada pelos adultos, que não podem circular por todos os espaços da aldeia como as crianças [...] Deixar as crianças observarem tudo, portanto, é parte de uma pedagogia nativa. Cabe aos adultos dar às crianças as condições adequadas de desenvolvimento do corpo, especialmente dos órgãos sensoriais que dizem respeito à aprendizagem: o ouvido e o coração (COHN apud TASSINARI, 2007, p. 15).

Percebe-se desta forma a autonomia dada a criança Kayapó frente aos conhecimentos ilimitados da aldeia à sua volta, entretanto, o acúmulo de conhecimento dependerá, pois de que os sentidos estejam bem aguçados para perceber o universo em volta, o que não parece um desafio, pois como vimos faz parte também do processo educativo Kayapó o aprimoramento dos sentidos das crianças pelos adultos.





Neste mesmo sentido de autonomia, entre o povo indígena Pataxó, a educação formal se desenvolve num ritmo diferenciado, segundo Kanaty et al. (2009), a concepção de ensino aprendizagem do ponto de vista dos Pataxó, ocorre em todas as experiências e espaços vividos cotidianamente de relações e interações entre as pessoas e também com a natureza. Sendo que, a preferência da criança por apenas brincar deve ser respeitada, todavia, cabe ao professor fazer do simples ato de brincar também uma aprendizagem. “O tempo da criança nos espaços escolares e culturais da vida tem que ser vivido e não interrompido, por isso o tempo não é para contrapor a vida da criança, mas para lhe servir e dar liberdade para estabelecer relações com o outro e o ambiente” (KANATYO et al., 2009).

Esta pedagogia pretende valorizar o indivíduo no nível de desenvolvimento em que se encontra, aprimorando suas práticas educativas, formas avaliativas e materiais didáticos para um aprendizado satisfatório, tendo em vista também o desenvolvimento das habilidades que possibilitem o aprendizado em toda e qualquer atividade da vida.

Neste sentido a autonomia para o desenvolvimento de aprendizagens faz parte de modelos educativos de determinados povos indígenas tradicionais, mesmo que prevaleça a visão ocidental preconceituosa sobre a autonomia e independência da criança como a ausência de uma pedagogia nativa ou de formas sistematizada de ensino (TASSINARI, 2007). Estes fazem da criança e jovem mais independentes, estimulando para que tomem gosto pelos conhecimentos da tradição e se tornem agentes de sua própria educação, preparando para uma atuação mais ativa na comunidade.

A EDUCAÇÃO PARA O DESEMPENHO DE PAPÉIS

Entre diversos povos indígenas são comuns rituais de passagens da infância para a vida adulta, que a menina ou menino ao atingir a puberdade são reclusos e passam por um processo de preparação para desempenharem diretamente outro papel, o de adulto, isto, porque, as etapas da vida na concepção de alguns povos indígenas são diferentes, em que existem apenas as fases da infância e adulta, sem levar em consideração a adolescência e juventude, de modo que é possível perceber jovens de pouca idade já constituindo famílias, quanto mais cedo atingirem a puberdade, tão logo poderão se dar em casamento e ter uma participação ativa na comunidade.





A pesquisa realizada por Rodrigues (2014) sobre o povo Sateré-Mawé mostra a festa da Tucandeira como um ritual de passagem da criança para a vida adulta, em que o garoto passa por um processo de ferroada nas mãos por dezenas de formigas Tucandeira, esta etapa representa o fim da responsabilidade do pai para com o filho, todavia, sem perder o nível de parentesco. Agora, como adulto o jovem adquiriu outros papéis, os quais inclui sua contribuição para a subsistência da família e da comunidade de modo geral com a caça, pesca e confecção de armas, etc. estando ainda apto a constituir sua própria família. Sua aptidão para a guerra, todavia, exigirá a passagem por este processo de ferroada várias vezes.

No caso das meninas Sateré, sua passagem para a vida adulta ocorre durante a primeira menstruação de mudanças físicas e mentais, onde a partir de então poderão e terão a responsabilidade de contribuir nas atividades coletivas de plantar, colher, carregar água, fazer artesanatos, cuidar das crianças, e ainda ser dadas em casamento e se tornar mães, sendo reclusas recebem orientações de suas mães para o comportamento adequado na comunidade, sobre casamento, limitações e outras instruções.

Neste mesmo sentido, entre os povos indígenas Kalapalo, meninos e meninas passam por semelhante processo de reclusão em que por meio da transmissão oral dos conhecimentos e experiências o garoto recebe as orientações do pai e as meninas das mães. Neste período a frequência das alunas se torna diferenciada, segundo Lima (2009) durante a reclusão as meninas recebem apenas educação das mães, irmãs e tias e após o casamento abandonam de vez a escola por impedimento do marido, a fim de evitar fofocas que comprometam a imagem da mulher e gere conflitos conjugais.

Quanto à educação reclusa dos meninos pode ser mais ou menos prolongada a depender dos pais, o que pode ocorrer durante anos, caso o pai deseje que o filho alcance um status mais elevado na comunidade, como a posição de cacique, por exemplo, que exigirá maturidade moral e um bom porte físico para guerreiro. Percebe-se, todavia, a preocupação com a educação das crianças para a definição dos papéis a serem desempenhados na comunidade, de modo que este processo de preparação pode até mesmo influenciar no calendário das escolas de determinados povos indígenas, Lima (2009) aponta que na aldeia Kalapalo as aulas tem início e fim diferenciados, sendo que iniciam em setembro e terminam em julho, devido ao feriado em julho e agosto em função das festas





ritualísticas de iniciação.

A transição de uma etapa para outra certamente representa a conquista de direitos e status, pois que a partir de então poderão participar e ter voz ativa em reuniões de tomada de decisões da aldeia, assim como adquirirão mais responsabilidades com a família e a comunidade nos meios de produção e subsistência. Em contrapartida esta ascensão possui suas limitações, pois que agora nem todos os espaços públicos e atividades que antes eram permissíveis enquanto crianças estão mais acessíveis, de modo que as mulheres não poderão mais estudar e somente frequentar espaços de mulheres, da mesma forma os homens somente poderão frequentar espaços de homens.

A educação indígena neste sentido compreende uma forma de manutenção e organização da comunidade por intermédio da transmissão dos saberes e crenças em práticas educativas formais e informais construídos e perpassados ao longo de gerações, os quais por mais diferentes e absurdos que possam parecer de um ponto de vista ocidental estas formas de iniciação para a vida adulta, prevalece a preocupação e o cuidado em cada etapa. Esta, portanto, tem sido a forma como diferentes povos tradicionais encontraram para continuar transmitindo seus conhecimentos, valores, formas de organização e perpetuando-se como sociedades tradicionais.

A EDUCAÇÃO COM BASE NO COSMOS

É comum entre os povos indígenas uma enorme crença sobre os aspectos cosmológicos, nos ritos, mitos, lendas e histórias, para garantir explicações, sobre o surgimento do povo, garantir as relações, a proteção, o contato, equilíbrio e sustento pela natureza, o qual estes aspectos se mostram muito presente na formação das crianças e jovens através de diversas práticas, inclusive educativas formais e informais.

May Costa (2015) estudou o povo Ticuna do Alto Solimões e seu ritual de iniciação da “moça nova”, o qual durante os três dias de realização do ritual entram em cena máscaras que representam entidades e animais da floresta, estas máscaras servem para lembrar a moça que existem sempre os maus espíritos e que poderão influenciá-la durante sua puberdade. Segundo a autora estas máscaras representam ainda “espíritos demoníacos



que durante um tempo mítico massacravam os Ticunas” (COSTA, 2015). Estes rituais ensinam valores à moça sobre os cuidados que devem ser tomados, resguardando-se sempre antes e durante sua puberdade até o período que certamente se tornará mãe de família.

No ritual ainda são realizadas certas atividade pela moça que numa concepção mitológica garantirão proteção, fartura de carnes e de peixe nos rios. É necessário nestes rituais que a menina em processo de iniciação para a vida adulta seja bem instruída de modo que tudo ocorra exatamente como o planejado, pois do contrário não conseguirão afastar os espíritos não-humanos que rondam a comunidade e também os bichos, estando, portanto, mais vulneráveis aos ataques deles. “Desse modo com a realização do ritual, os Ticunas teriam boa roça, colheita farta, pesca e caça em abundância. Enfim, por manterem os “demônios” longe de sua comunidade, estariam protegido e livre de todo o mal e a saúde estaria assegurada” (COSTA, 2015, p. 90).

As práticas educativas informais indígenas contemplam nas narrativas dos mais antigos os ensinamentos sobre os dois universos, espiritual e material e dos seres que habitam em cada um, assim como os que podem caminhar entre os dois mundos, nesta concepção existem os bons e maus espíritos, de modo que algumas práticas como os rituais servem para cativá-los e aproximá-los ou mesmo afastá-los. Estes ensinamentos são repassados de geração a geração, e a transmissão em sua maioria ocorrem desde a infância e se tornam tão comuns que estão presentes até mesmo nas brincadeiras infantis (COSTA, 2015). E fortalecem os valores e crenças, regulam normas, determinam comportamentos e relações e garantem a organização, manutenção e perpetuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de simples que as práticas educativas indígenas possam parecer, no entanto, são elaboradas e transmitidas eficientemente de geração a geração ao longo de anos. Um modelo de educação que valoriza as experiências do cotidiano na família e nos espaços na aldeia, estabelecendo ainda um profundo contato com a natureza e com as práticas culturais. Estas práticas visam transmitir conhecimentos, habilidades e técnicas para garantir a subsistência coletiva e ainda formar guerreiros e líderes. E assim como em





outras sociedades, tem-se o cuidado e respeito com a natureza infantil das crianças e sua fragilidade que requer atenção diferenciada, em que as práticas estão de acordo com o nível de desenvolvimento de seus aprendizes.

Através da transmissão oral nas práticas ritualísticas é que são divididos por gênero e ensinados os papéis relacionados ao trabalho a serem desempenhados individual e coletivamente na aldeia, além de determinar comportamentos adequados de homens e mulheres e os espaços restritos a cada um. Em geral se tem o cuidado com as práticas educativas, pois que dela depende a preservação dos conhecimentos tradicionais e valores que estabelecem condições de relações e interações, técnicas de subsistência, regulam normas e princípios de conduta coletiva e garantem a manutenção e perpetuação dos povos tradicionais indígenas.

REFERÊNCIAS

COSTA, May Anyely Moura da. "Nós, Ticuna, temos que cuidar da nossa cultura": um estudo sobre o ritual de iniciação feminina entre os Ticuna de Umariacú I, Tabatinga, Alto Solimões (AM). Manaus-AM. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo. A temática Indigenista na escola: subsídios para os professores / Pedro Paulo Funari, Ana Pinón. – São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Mônica dos S.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Os processos educativos corporais no contexto da escola indígena Kalapalo do Alto Xingu-MT: uma contribuição para reelaboração crítica de nossos próprios saberes. In: XII Congresso da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC). Diálogos interculturais: descolonizar o saber e o poder, 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2009. p. 1-11. (ISBN: 978-85-87103-36-9).

PATAXÓ, Kanatyo et al. **Diálogos dos saberes**: pedagogia da lente do nosso olhar e as mãos da natureza. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2009. Texto produzido para o Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas.

RODRIGUES, R. A. NETO, A. S. R. SILVA, M. L. F. Saberes indígenas e ressignificação no processo identitário dos Sateré-Mawé/AM. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 206-229, jul./dez. 2014.





TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Tellus*, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007. Campo Grande – MS.

Universidade do Estado do Amazonas, PROFORMAR. Educação Indígena. / Coordenador: José Aldemir Gomes Ramos. Manaus: UEA Edições, 2007.

